

# Necrobiopolítica de gênero nos discursos de Jair Bolsonaro: um estudo preliminar

*Fernanda Pattaro Amaral*

Mestre, Corporación Universitária Americana

*Ana Claudia Delfini C. de Oliveira*

Doutora, Universidade do Vale do Itajaí

## Resumo

Desde o impeachment de Dilma Rousseff, do partido de esquerda PT – Partido dos Trabalhadores - ocorrido em 31 de agosto de 2016 sob a acusação de pedaladas fiscais e esquemas de corrupção em seu governo, o Brasil vive fortes fraturas democráticas. Com a ascensão de seu vice, Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro – MDB, à Presidência da República, o panorama político brasileiro deu uma guinada à direita. Este artigo analisa alguns discursos de Bolsonaro sobre mulheres a partir do conceito de necrobiopolítica aplicado ao campo das relações de gênero. O debate aqui proposto parte das reflexões sobre necropolítica e gênero no contexto da ascensão do político de extrema direita, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro, integrante do Partido Social Liberal (PSL). Suas declarações produzem discursos necrobiopolíticos de gênero com enunciados que reforçam a apologia ao estupro de mulheres, ao extermínio de homossexuais, à despolitização e reprivatização das mulheres, e o elogio da morte a comunistas, feministas, indígenas cujo cenário antidemocrático fortalece o desmantelamento das políticas públicas de gênero, assim como das secretarias e comitês de gênero.

**Palavras-chave:** necrobiopolítica; gênero; Bolsonaro.

## Abstract

Since the impeachment of Dilma Rousseff of the left-wing PT on August 31, 2016 on charges of corruption schemes in her government, Brazil has experienced strong democratic fractures. The rise of its deputy Michel Temer, from the Brazilian Democratic Movement party to the Presidency of the Republic, the Brazilian political landscape has turned to the right/conservative-wing. This article analyzes some of Bolsonaro's discourses on women from the concept of necrobiopolitics applied to the field of gender relations. The debate proposed here starts from the reflections on necropolitics and gender in the context of the rise of the far right politician, the president of Republic Jair Messias Bolsonaro, member of the Liberal Social Party (PSL). Their statements produce gender necrobiopolitical discourses with statements that reinforce the apology for the rape of women, the extermination of homosexuals, the depoliticization and reprivatization of women's body, the commendation of death to communists, feminists, indigenous peoples whose undemocratic scenario strengthens the dismantling of gender policies, gender secretariats and gender committees.

**Keywords:** necrobiopolitics; gender; Bolsonaro.

## Introdução

Com a ascensão do governo autoritário, nacionalista e patriarcal do atual presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, vive-se a morte da democracia pelos próprios procedimentos democráticos. Enquanto as ditaduras fascistas ou comunistas ficaram no século passado, as urnas eleitorais estão matando a democracia em nome da própria democracia.

No Brasil, não estamos vivendo oficialmente uma ditadura ou um regime totalitário, no entanto estamos convivendo diariamente com a banalização do mal e do gozo sádico contra determinados grupos sociais. Maria Rita Kehl (2016) chama a atenção para um tipo de banalidade do mal ao se referir à paixão da instrumentalidade e ao gozo sádico refletido no prazer em submeter o outro a partir de determinados dispositivos em que sujeitos comuns tornam-se torturadores, reforçando o gozo sádico do poder sobre o corpo do outro, ou sobre o outro, numa situação em que o crime é a norma e não a exceção, em que é possível deixar morrer. Trazendo essa discussão para o terreno das questões de gênero atuais no Brasil, percebemos que existe um “deixar morrer” e um gozo sádico pela morte de certos grupos sociais, como os negros, os moradores de favelas, as pessoas da comunidade LGBTQIA+<sup>1</sup>, pobres e mul-

heres, que ganhou especial relevância com a ascensão do político de extrema direita, o presidente Jair Messias Bolsonaro. Este artigo analisa alguns discursos de Bolsonaro sobre mulheres a partir do conceito de necrobiopolítica aplicado ao campo das relações de gênero.

## A necrobiopolítica de gênero nos discursos de Bolsonaro

O pensamento crítico do século XX tem como um de seus componentes teóricos a crítica do sistema totalitário, incluindo a parte estética do terror e do espetáculo (GREGOR, 2013). Esta estética do terror é um elemento que, quando estimulado por instituições como o Estado, a Igreja, a Educação, etc., serve para reforçar a construção de um quadro de obediência, por meio da prática do exercício diário e sistemático do medo fomentado pela mídia educacional, mídia televisiva, e as relações sociais (virtuais ou face a face), que alude a uma preocupação constante em se adaptar às regras.

O uso de práticas de extermínio pelo Estado (como massacres, por exemplo) encoraja que essas vidas subvalorizadas e descartadas sejam tomadas como exemplo de comportamento populacional ou social reprovado por esse sistema opressivo. Embora claramente

---

<sup>1</sup> Lésbicas, Gays, Bi, Travestis/Transgênero, Queer, Intersexo, Assexuais/Agênero.

as cartas constitucionais dos Estados reiterem que seus cidadãos são portadores de direitos (um deles é o direito à vida), na prática nem todos os seres humanos são considerados dignos do direito à vida. Os negros nas favelas brasileiras, para citar um único exemplo, têm outra identificação para o Estado, especialmente um estado marcadamente conservador ou ultradireitista. Para esse tipo de Estado, essa população é descartável.

A política é também um instrumento de regulação da vida e administrador da morte, ou como argumenta Achille Mbembe, a soberania como possibilidade do direito de matar. Essa possibilidade se exercita nas formas de um “estado de exceção e a relação de inimizado”, que são as bases no que tange às normativas que permitem o desenvolvimento do exercício da morte como política de Estado. Nesse ponto, as reflexões desenvolvidas pelo pensador camaronês Mbembe situam a necropolítica nas discussões sobre as relações de saber-poder a partir de uma óptica racializada. Mbembe inquieta-nos e amplia as reflexões quando nos sugere que os regimes políticos atuais obedecem ao esquema de “fazer morrer, deixar viver”. Nas palavras de Mbembe, a necropolítica representa: “mundos de morte, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEM-

BE, 2011, p. 146)

Berenice Bento (2018, p.01) também argumenta que o Estado “distribui o reconhecimento da humanidade de maneira não igualitária”, o que implicaria no não-reconhecimento do outro como humano, sempre que esse outro não reproduza as características que esse estado reconheça como válidas desde seus próprios valores.

Através dessa perspectiva, é o Estado o agente responsabilizante e responsabilizador pela distribuição do direito à vida, do direito de viver, e, portanto, implica que o próprio Estado seja o agente responsável pela seleção natural de seus sobreviventes. Essa narrativa é justificada pela ideia de soberania e governamentalidade, tal como discutia Michel Foucault sobre as técnicas orientadas pelo Estado Moderno para o cuidado e controle da vida da população. O conceito de necrobiopolítica, em Bento, refere-se à união de dois conceitos já estabelecidos como a biopolítica de Foucault e a necropolítica de Mbembe, elaborando assim um conceito novo que visa elucidar tais atos através do nome de necrobiopoder:

Necropoder e biopoder são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam os marcos do Estado-nação. Vida vivível e vida matável, para utilizar os termos de Gi-

orgio Agamben, são formas de gestão da população e não podem ser postas em uma perspectiva cronológica, em que o necropoder (ou poder soberano) teria sido ultrapassado pelo biopoder.

(BENTO,2018,s/p.)

O conceito de necrobiopolítica trabalhado por Bento (2018) traduz uma amálgama sistemática racional entre as regras e as causas de mortalidade dos que são descartáveis para o Estado, recordando a famosa obra de Goya sobre Saturno devorando o filho, no século XIX, uma vez que esses corpos são filhos oriundos desse mesmo Estado. Desta forma, a necrobiopolítica assenta-se nos conceitos foucaultianos de biopoder e biopolítica, sem os quais não se pode compreender a governamentalidade. (FOUCAULT, 1992; 2000; 2006; 2012)

O biopoder é exercido por meio de dois mecanismos regulatórios: 1) o adestramento individual dos corpos, com vistas a fortalecer o sistema capitalista, criando um exército personalizado de forma coletiva que atenda às necessidades próprias do capital; 2) o adestramento coletivo desses corpos através das políticas de saúde, do controle de natalidade, da regulamentação da sexualidade dessa população. Por sua vez, a biopolítica trabalha com estratégias, mecanismos e ferramentas do Estado para gerenciar a vida, recordando o século XVIII quando o soberano admin-

istrava a morte, impondo leis e regulamentos para tal, levando à condenação os que o seguiam (súditos ou mesmo povo) com o lema “faça viver, deixe morrer”. Após a queda da figura dos monarcas soberanos, emerge outra representatividade simbólica com o poder de regular a sociedade: o Estado. Esse, ao regulamentar a vida, implanta nova estratégia e mecanismos com a finalidade de tornar essa política mais eficiente, modificando o lema anterior para sua atualização de “para viver, vamos morrer”.

Foucault argumenta que existem dois modelos estruturados de poder: o primeiro, que conceitua a guerra e a repressão como modelos e formas de um ato primário de política; e o segundo, que incita que a violência é a base formativa da própria sociedade moderna por meio do recurso do contrato. Assim, existe uma relação muito próxima e profunda entre o poder político e a violência, recordando que o próprio Estado, por exemplo, detém o uso legitimado da força, e, portanto, da violência. No Brasil, o período da ditadura civil-militar (1964-1985) trouxe figuras que se apoderaram dessa legitimação do poder e da própria utilização da violência como um instrumento eficaz para se atingir objetivos pré-estabelecidos, de modo a favorecer um grupo concentrado que atua à margem da Constituição. Esse grupo, em nome de “um bem maior”, utilizou-se de uma paixão da instrumental-

idade que gera um gozo sádico (Kehl e Tiburi, 2016) pela violência para a obtenção e a manutenção do poder. Para Kehl (2016), a ditadura instituiu determinados dispositivos em que sujeitos comuns tornam-se torturadores, reforçando essa paixão da instrumentalidade que desemboca nesse gozo sádico do poder sobre o corpo do outro, ou sobre o outro, no qual o crime é a norma e não a exceção.

Algumas frases proferidas por Bolsonaro em sua vida pública evidenciam o elogio das práticas ditatoriais durante o regime militar brasileiro: “O erro da ditadura foi torturar e não matar” (Carta Capital, 2018d). Nessa frase, nota-se o radicalismo do pensamento de Bolsonaro, quando evidencia um desejo de implementar uma política de morte mais efetiva no país, e já sinalizando para uma possível política de Estado: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...] o meu voto é sim” (2016), “Ele merecia isso: pau-de-ara. Funciona. Eu sou favorável à tortura. Tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também” (1999). (Carta Capital, 2018d).

Nessa fala, Bolsonaro ilustra uma vez mais sua aproximação com um pensamento autoritário, reiterando seu desejo de utilizar a violência como forma de obtenção de confissões e provas, outra das táticas utilizadas durante a Ditadura pelos militares no país.

As falas seguintes demonstram, já em 1999 (portanto, longe da Era PT), um pensamento de ruptura violenta com o regime democrático. Algo que um de seus filhos, Carlos Bolsonaro, resgata em pleno governo de 2019, afirmando que “Brasil não mudará por vias democráticas” (Albuquerque, 2019). A frase abaixo também é um reflexo das ideias anti-democráticas, ao considerar a possibilidade de intervenção militar:

Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Só vai mudar, infelizmente, se um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o regime militar não fez: matando uns 30 mil, começando com o FHC, não deixar para fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente. (1999) (...) A atual Constituição garante a intervenção das Forças Armadas para a manutenção da lei e da ordem. Sou a favor, sim, de uma ditadura, de um regime de exceção, desde que este Congresso dê mais um passo rumo ao abismo, que no meu entender está muito próximo (1999), (Carta Capital, 2018d).

A fala a seguir ilustra melhor a questão da necrobiopolítica como política de Estado, quando reforça que a morte é a resposta para resolver os problemas de falta de segurança para um país, e dividindo a população em duas categorias: ser humano normal e ser humano não normal. E instaurando uma



política de premiação ao corpo policial que mais matar esse outro que não tem a qualificação de “ser humano”, segundo Bolsonaro:

[O policial] entra, resolve o problema e, se matar 10, 15 ou 20, com 10 ou 30 tiros cada um, ele tem que ser condecorado, e não processado (2018) (...). Em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, em agosto, o então candidato reforçou seu entendimento, declarado diversas vezes, de que “violência se combate com mais violência”, justificando que criminoso “não é ser humano normal”. Em declarações anteriores, ele já havia dito que “policial que não mata não é policial” e que a “polícia brasileira tinha que matar é mais” (Carta Capital, 2018d).

A menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, morta no dia 20 de setembro de 2019, foi a mais nova vítima dessa necrobiopolítica que coroa a morte como finalidade da ação policial nas favelas. Ágatha foi morta quando voltava para casa, no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ela estava dentro de uma Kombi quando foi baleada nas costas. De acordo com um tio de Ágatha, a Kombi em que a menina estava parou na rua para desembarcar passageiros com sacolas de compras na comunidade, policiais militares atiraram contra uma moto que passava pelo local, e o tiro atingiu a criança. Os familiares alegam que não houve confronto, e um único tiro matou a menina.

Desde o impeachment de Dilma Rousseff, do

partido de esquerda PT – Partido dos Trabalhadores –, ocorrido, em 31 de agosto de 2016, sob a acusação de “pedaladas” fiscais e esquemas de corrupção em seu governo, o Brasil vive fortes fraturas democráticas. A ascensão de seu vice, Michel Temer, do partido Movimento Democrático Brasileiro, à Presidência da República fez com que o panorama político brasileiro desse uma guinada à direita sem que se pudesse imaginar que, em 2018, iria alinhar-se à extrema direita com a eleição de Bolsonaro.

O declínio do principal partido de esquerda no país pode ser analisado sob diversos fatores. Como exemplo de alguns deles, citamos as acusações de casos de corrupção, que já vinham desde o primeiro governo de Lula (2003-2006). Somam-se a isso as alianças fisiológicas feitas com partidos de direita, como a aliança do PT com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB (atual MDB) na chapa Dilma-Temer, por ocasião da candidatura de Dilma à presidência em 2010.

As manifestações de rua deflagradas com os protestos de 2013, 2015 e 2016 (cujos desdobramentos impactaram as redes sociais com as hashtags “#mudabrasil”, “#vempraru” e “#giganteacordou”) fortaleceram grupos de extrema direita (como o movimento MBL – Movimento Brasil Livre, principal opositor do PT), resultando em uma das peças chaves

para o impeachment de Dilma, juntamente com o PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Os militares e a bancada evangélica do Congresso Nacional construíram um repertório discursivo composto do incentivo ao patriotismo, da moralidade da família e dos costumes cristãos ancorados na defesa de um salvacionismo nacionalista de extrema direita. Tais fatores também devem ser associados à ascensão de governos de direita ou extrema direita em alguns países europeus e latino-americanos:

Cabe destacar também a própria derrocada dos governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, onde, durante os anos 2000, alguns países, agindo em bloco e com relativa liderança do Brasil, procuraram construir uma posição menos alinhada com a política externa dos Estados Unidos. (...) Os governos à esquerda, que dominaram a cena política sul-americana, começaram a declinar nos anos 2010, pela corrupção e também como consequência de rupturas com o status quo social, econômico e cultural por meio de políticas inclusivas e de diversidade. Isso gerou reações regressivas e de distinção social, sobretudo entre as classes médias, como encontrado em outros países. Segundo Kurlantzick (2013), em análise do contexto mundial, as políticas de proteção social tenderam a empoderar os mais pobres, gerando pressão e revolta das classes médias. (...) nos países europeus, se não chegaram a vencer os pleitos, tiveram um bom desempenho nas urnas,

como na França, onde o Partido Socialista praticamente colapsou, e no Reino Unido, cuja saída da Comunidade Europeia (o Brexit) foi um fechamento protecionista contra, sobretudo, a chegada de imigrantes europeus e não europeus. Sem falar dos Estados Unidos e da eleição de Donald Trump, com seu discurso antiglobalista e pós-fascista. (ALMEIDA, 2019, p.186)

O ambiente de instabilidade política e econômica gerado após o impeachment consolidou o conservadorismo do tipo nacionalista que se traduziu numa ampla perseguição política contra o PT, tendo como alvo principal o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, condenado a 12 anos e 11 meses de prisão pela Operação Lava Jato – nome dado a um conjunto de investigações feitas pela Polícia Federal do Brasil sobre esquemas de lavagem de dinheiro, coordenado pelo juiz e atual Ministro da Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro.

A prisão de Lula coroou o repertório nacionalista de extrema direita de ódio ao PT, aos seus militantes, cujos dispositivos são acionados por agressões nas ruas e nas redes sociais contra todos/as que se alinham ao pensamento de esquerda, além do culto ao hasteamento da bandeira nacional nas ruas e residências, o uso de camisetas com as cores da bandeira e o simbólico ato de bater panelas com qualquer artefato nas janelas

de suas casas, para demonstrar repúdio ao PT e adesão ao projeto de sanear o Brasil dos corruptos – projeto alicerçado na figura salvacionista do jurista Sergio Moro.

Nesse contexto, produziu-se discursivamente uma faxina pretensamente ética, largamente difundida nas redes sociais e nos principais veículos de informação, ecoada em diversos discursos de Bolsonaro durante sua campanha presidencial: “A faxina agora será muito mais ampla. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, afirmou o capitão reformado. (...) “Seu Lula da Silva, (...) você vai apodrecer na cadeia. Será uma limpeza nunca vista na história (...) pertralhada, vocês não terão mais vez em nossa pátria”. (Revista VEJA, 2018).

Tal faxina fundamenta-se nas diferentes formas de violência legitimamente aceita e perpetrada aos cidadãos que não fazem parte do imperativo ético desse grupo, balizado pela defesa da pena de morte aos “pervertidos” sexuais, estrangeiros vindos de países socialistas, e feministas. Para o êxito dessa faxina, não basta matar mulheres e homossexuais. É preciso propagar a morte de um tipo de mulher que seja uma ameaça à defesa da família brasileira nuclear, cristã, heterossexual e branca.

O Reaçõnaria, autoapresentado como “o maior portal conservador do Brasil”,

listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, em defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e a favor da PM”. (...) Nas faixas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma, e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro”. (...) Mas o efeito colateral de ciclos consecutivos de confronto é que o governo pós-impeachment nasceu em terreno movediço: Havia mobilização na sociedade para derrubar o PT. Não há gente nas ruas para sustentar Temer. E em conjuntura política fluida qualquer faísca pode virar incêndio. (ALONSO,2017, p.54)

No que tange ao gênero, podemos ver diversas faces da necrobiopolítica sempre que o Estado viola as mulheres, negando-lhes o direito ao aborto. Uma mulher morre a cada dois dias por procedimentos de aborto inseguro em um país que naturaliza a cultura do estupro. Os feminicídios situam o país com a quinta maior taxa entre 84 países com mais de 4 mil mulheres assassinadas anualmente por seus parceiros. A cada duas horas, uma mulher é assassinada no Brasil. O país apresenta índices alarmantes de violências contra as mulheres e feminicídio. Segundo pesquisas realizadas pelo Fórum de Segurança Pública – FSP, em 2018, houve uma alta de 4% em relação ao ano anterior, um total de 66 mil notificações que equivale a uma média de 180 estupros por dia – o maior índice desde 2007. A maioria são meninas de



10 a 13 anos de idade; a cada dez mulheres mortas, seis eram negras; 96,3% dos autores do crime de estupro são do sexo masculino, e que em 75,9% dos casos eles são conhecidos das vítimas<sup>2</sup>.

Num país historicamente constituído sob os pilares do patriarcado, matar mulheres não é nenhuma novidade, especialmente se elas forem de origem pobre, negras, lésbicas e feministas, como era Marielle Franco. A vereadora foi uma das vítimas mais emblemáticas dessa necrobiopolítica de gênero no Brasil, quando foi morta a tiros por agentes estatais no dia 14 de março de 2018, em uma emboscada política<sup>3</sup>. Marielle era uma das mulheres políticas mais atuantes da Câmara do Rio de Janeiro, tendo apresentado 16 projetos de políticas públicas em apenas um ano, com temas que versavam sobre o racismo, a homossexualidade e a misoginia. Franco denunciou a violência sistemática da polícia do Rio de Janeiro em relação aos moradores das favelas – a maioria, negros. Ela havia elaborado um dossiê que detalhava

---

<sup>2</sup> Práticas homofóbicas também necrosam diariamente corpos considerados matáveis, e a necrobiopolítica estatal lembra, a todo instante, que a vida dos homens e dos heterossexuais têm mais valor do que a vida das mulheres e dos grupos não-binários. Atualmente, o Brasil revela uma morte de gay a cada 23 horas, segundo relatório do Grupo Gay da Bahia (Souza e Arcoverde, 2019). De fato, seria interessante um novo estudo somente sobre a comunidade LGBTQI+ e a necrobiopolítica. Neste nosso trabalho, apenas informamos que essas políticas também afetam a comunidade mencionada.

<sup>3</sup> Seus assassinos planejaram, de acordo com as investigações policiais, o crime durante três meses; são eles dois policiais militares: Ronnie Lessa (vizinho do atual presidente Jair Bolsonaro) e Elcio Vieira de Queiróz. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) identificou um valor de 100 mil reais, depositados na boca do caixa, na conta de Lessa (Carta Capital, 2018c)

a política eugênica, aplicada pelo governo do Rio de Janeiro, que comprovava o aumento de mortes dessa população, sobretudo depois da intervenção federal no estado no que tange ao policiamento, nomeando um interventor militar (General do Exército Walter Braga Netto) para sanar o problema da insegurança no Rio.

Marielle era parte dessa população com um “agravante”, ela era lésbica. Ela era negra, feminista, homossexual e favelada. Ela era e ainda é parte da estatística da morte no Brasil, uma estatística fomentada pelo Estado através de suas políticas. A voz de Marielle foi calada pela necrobiopolítica. Marielle era aquele corpo indesejado, e marcado para ser descartável. A pergunta derivada dessa necrobiopolítica é: “Quem mandou matar Marielle? ”, uma vez que, de acordo com as investigações policiais, se descobriu o autor dos disparos contra o carro que levava Marielle e seu motorista, Anderson, naquela noite, e que ele é somente uma pequena peça desse quebra-cabeças. A vereadora afirmava que “a gente tem lado, tem classe e tem identificação de gênero” numa alusão a suas pautas de luta, e em relação às origens de Marielle, que era oriunda da favela, negra e lésbica. E suas pautas eram: a defesa dos Direitos Humanos, os feminismos, o racismo e a homofobia, temas atualmente caros para a sociedade brasileira de forma geral.

À época de seu assassinato, Marielle fiscalizava a atuação das polícias cariocas e abuso cometidos em Acari pelo 41º Batalhão da Polícia Militar no Rio de Janeiro durante o governo Temer. Ela foi nomeada para ser a relatora da Comissão de Representação da Câmara do Rio de Janeiro, e sua luta deu origem à lei Marielle Franco, proposta pela deputada Renata Souza, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que institui o dia 14 de março como o Dia Estadual das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos. Seu nome ainda inspira diferentes movimentos sociais, políticos em prol das lutas pelos direitos das mulheres em diversos países. Os movimentos feministas e de mulheres afirmam que sua morte não foi em vão, uma Marielle morreu para centenas de outras marielles nascerem; e as palavras de ordem são “Marielle, presente!”.

Nas palavras de Semer:

O assassinato de Marielle põe a nu a força da ideia da morte como política; da violência como silenciamento; da imbricação partidária com milícias, poder paralelo financiador das campanhas políticas.(...) A morte de Marielle é um encontro do Brasil com o país que ele está se tornando. Um país no qual a violência é o padrão de linguagem; a paranoia, o condimento de gestão; e o cerco ao conhecimento, a interdição ao debate e a repulsa à política completam o ciclo destrutivo. Instrumentos tradicionais de democ-

racia são desprezados cada qual a seu modo e tempo. Por fim, capitulam diante do exercício da morte. (SEMER, 2019, p. 22)

A necrobiopolítica de gênero, portanto, também é identificada nos discursos promovidos contra as mulheres cada vez que se utiliza das diferenças biológicas para marcar a qualidade das vidas de homens e mulheres. A delimitação da existência (no sentido beauvoiriano<sup>4</sup>) de homens e mulheres é marcada pela reprodução de seus papéis sociais ancorados em suas diferenças sexuais. Assim, a violência praticada contra as mulheres era, até pouco tempo atrás, justificada e, às vezes, exigidas pela sociedade (como nos casos de adultérios das mulheres, por exemplo). Páginas policiais falavam, até poucos anos atrás, de crimes passionais para justificar a morte de mulheres a mando de seus (ex) parceiros sentimentais, utilizando o ciúme – a posse – como elemento chave para o entendimento daquela violência. Ou seja, o discurso já é um elemento que pode conter, em si, práticas da necrobiopolítica, uma vez que dimensiona os atos ou feitos aos corpos diferenciados entre os sexos, e incita ao cuidado de um ou outro. Como exemplo, temos a necessidade

---

<sup>4</sup> Simone de Beauvoir (2015) faz uma diferenciação entre a vida e a existência. Ela afirma que viver, todos os animais o fazem. Mas existir é algo que cabe aos seres humanos, posto que é transcendência e experiência. A autora também explicita a condição de alteridade à qual a mulher foi historicamente condicionada pelo olhar do sujeito (neste caso, o homem), e assim se torna o outro, aquilo que não me representa, que não me identifica. Aquilo que me é diferente e que não reconheço como igual.

de construção das políticas públicas voltadas ao público feminino para salvaguardar a vida. A ênfase em tentar frear os avanços das reivindicações das mulheres por parte de determinados políticos conservadores ganha um episódio especial após o processo de *impeachment* de Rousseff<sup>5</sup>.

Após a posse, o então vice de Dilma à Presidência da República, Michel Temer, proferiu discursos sobre a necessidade da retomada da “normalidade” masculina no campo da política. Esta parte, podemos identificar em suas palavras: “os governos precisam ter marido, daí não quebram”. Outra de suas frases sobre o tema foi: “se a sociedade, de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas, e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher”. Durante seu governo, houve o imediato corte de cargos ocupados por mulheres (em torno de 12,13% para as mulheres e 8,46% para os homens) e a não-inclusão das mulheres em cargo de ministras, com exceção, inicialmente, de Fátima Pelaes no comando da Secretaria de Políticas para as Mulheres (nomeada ao cargo em junho de 2016), e Luislinda Valois (nomeada também em junho de 2016), no Ministério de

<sup>5</sup> Que, vale lembrar, foi um teatro, com deputados pedindo a volta da ditadura; e Bolsonaro, homenageando o Coronel Brilhante Ustra, que foi carrasco de Rousseff em seu período como presa política, no qual foi torturada fisicamente nos anos 1970.

Direitos Humanos<sup>6</sup>. Desta forma, seu governo era constituído de apenas duas mulheres como ministras ou similar, no caso de Fátima Pelaes.

Bolsonaro deu prosseguimento a esse esvaziamento das mulheres na política, associando-as ao mundo privado da família por meio da defesa moral que recuperasse “a inocência da criança em sala de aula, em defesa da liberdade das religiões, contrário ao aborto, contrário à legalização das drogas”<sup>7</sup>. Durante uma palestra no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, em abril de 2017, proferiu uma das falas mais polêmicas quando ainda era deputado e pré-candidato à presidência pelo Partido Social Liberal – PSL: “Eu tenho cinco filhos. Foram quatro homens, aí no quinto eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”

<sup>6</sup> Devido à recusa de várias mulheres que haviam sido convidadas a compor a equipe ministerial de Temer, contrárias ao impeachment, apenas duas participaram do alto escalão: ministra Luislinda Valois (em junho de 2016), Ministério de Direitos Humanos, e Grace Maria Fernandes Mendonça (em setembro de 2016), a primeira mulher na chefia da Advocacia Geral da União. Durante o governo Dilma (2011-2016), foram 14 ministras. Em números absolutos, foram cortados 1.104 cargos ocupados por mulheres e 1.039 ocupados por homens. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/03/corte-de-cargos-anunciado-por-temer-atingiu-mais-mulheres-que-homens.htm>.

<sup>7</sup> O Brasil vive um grave retrocesso de gênero na atual agenda política, especialmente no campo dos direitos sexuais/reprodutivos, com a tramitação de diversos Projetos de Lei (PLs) que criminalizam condutas abortivas e reforçam práticas violentadoras e ameaçadoras aos direitos das mulheres e a uma vida sem violência. Além desses PLs, há diversas ações contra as discussões de gênero nas escolas como parte desse desmonte que ameaça a democracia escolar com a atuação do Movimento Escola sem Partido, que defende a aprovação de projetos de lei para censurar e coibir discussões de gênero e sexualidade.. Há mais de 60 projetos de lei em tramitação no país para proibir a discussão de gênero nas escolas que resultaram em vetos aos termos gênero, identidade de gênero e orientação sexual nos planos de educação estaduais e municipais. Em abril de 2017, o Ministério da Educação – MEC retirou as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” da nova versão da Base Nacional Comum Curricular, que normatiza as competências escolares na educação básica nas escolas públicas e privadas do país.

foi uma. Questionado se ele aumentaria a participação feminina no cenário político caso saísse vitorioso nas urnas, disse: “Respeito as mulheres, mas alguém aqui quer a volta da Dilma [Rousseff] por acaso? Não é questão de gênero. Tem que botar quem dê conta do recado. Se botar as mulheres, vou ter que indicar quantos afrodescendentes?”. (Carta Capital, 2018b).

Em uma narrativa de cunho religioso, no dia 8 de março de 2019, Bolsonaro defendeu a valorização da família como o mais sagrado em uma pátria, citando versículos bíblicos sobre a edificação da família. A indicação de uma mulher que possui um discurso evangélico bastante marcado com a linha intelectual do Chefe de Estado para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos<sup>8</sup> (criado neste governo), corrobora a linha política extremamente conservadora desse governo. A Ministra Damares Alves, do citado ministério, manifestou que: “Este Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”, fala que enuncia um dispositivo fundamentalista e profundamente patriarcal.

Bolsonaro ironizou a composição de seu governo, composto por 20 homens e duas mulheres (além de Damares Alves, temos a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assim como a Procuradora-Geral da República, Ra-

quel Dodge, e funcionárias dos palácios do Planalto, da Alvorada e da Granja do Torto), ao dizer que “pela primeira vez o número de ministros e ministras está equilibrado num governo (...) cada uma das duas mulheres equivale a dez homens”. (Carta Capital, 2018b).

Durante sua campanha à presidência do Brasil, Bolsonaro já sinalizava seu entendimento sobre os corpos femininos como descartáveis, matáveis, em seu novo projeto de Estado. Seu discurso é um discurso baseado em um ódio irracional por tudo aquilo que é diferente a seu pensamento ou comportamento de vida. E tudo aquilo que é diferente a seu pensamento ou comportamento de vida deve ser excluído. O debate aqui proposto refere-se a um grupo em particular que tem sido alvo direto e indireto desse conjunto de repertórios encampados pela extrema direita, que não apenas incentiva mas executa a morte de mulheres e meninas<sup>9</sup>.

Está em curso no Brasil um processo de necrobiopolítica de gênero cujos dispositivos são discursivamente atrelados à despolitização e reprivatização das mulheres, à apologia e ao

<sup>8</sup> Note-se a palavra “família” como uma extensão da atividade do ser mulher na sociedade.

<sup>9</sup> Essa prática discursiva da necrobiopolítica também está presente nas falas icônicas de Bolsonaro sobre a apologia ao estupro de mulheres: “Eu jamais ia estuprar você porque você não merece (...) porque é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria”, a frase foi dirigida à deputada Maria do Rosário (PT-RS), em duas ocasiões: a primeira, durante uma discussão nos corredores da Câmara dos Deputados em 2003, diante de vários jornalistas; depois repetida em 2014, dessa vez na tribuna da Casa. Em 2015, o então deputado foi condenado a pagar uma indenização de 10 mil reais à parlamentar petista por danos morais.

elogio da morte, associados ao desmantelamento das políticas públicas de gênero, bem como das secretarias e comitês de gênero<sup>10</sup>. Desmantelar políticas que garantam direitos às mulheres é uma forma de lhes negar a vida vivível; não implementar uma agenda de gênero que produza vidas vivíveis, sem violências, feminicídios, estupros e homofobia, é uma forma de morte anunciada.

### Considerações finais

Com a eleição, em 2018, do político de extrema direita Jair Messias Bolsonaro, integrante do Partido Social Liberal (PSL), cujo apoio dos militares e dos partidos da bancada evangélica do Congresso Nacional foi decisivo para a sua eleição, o caráter patriarcal, misógino e sexista contra as mulheres é reforçado em uma estratégia de ganhar a simpatia de setores contrários aos avanços dos direitos das mulheres. Suas declarações de campanha e durante seu primeiro mandato centravam-se na preservação de uma ordem sócio-política masculina moralmente consolidada pela defesa dos chamados bons costumes do cidadão de bem e da família brasileira.

No entanto, mais do que classificar a presença de dispositivos misóginos e machistas em

suas falas, o bolsonarismo exerce uma agenda necrobiopolítica. A eliminação daquele outro indesejável, igualmente justificando essa política de extermínio do diferente por meio do discurso de combate aos supostos ataques do perigo comunista, instaura assim uma necrobiopolítica com o poder de selecionar aqueles que podem viver daqueles que podem morrer, porque são corpos inertes ao próprio Estado, através da condenação biológico-social.

A apologia ao rearmamento da população, a cultura da arma e o incentivo à prática da morte pelos policiais conferem uma agenda governamental necrobiopolítica. Os discursos de Bolsonaro exalam mundos de morte para as populações às quais o Estado decide que não pertencem à humanidade, à normalidade, populações para as quais o Estado nega o direito à vida. Em um país que tende a naturalizar a morte de uma mulher (“ela provocava”, “ela mereceu”, “foi crime passionai”, etc), inclusive a sua dimensão, essa agenda pró-armamento e a apologia ao extermínio potencializam mecanismos discursivos que nos levam a olhar a necrobiopolítica também nos campos das relações de gênero.

---

<sup>10</sup> Esse desmonte já pode ser observado desde 2016, com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da extinção do termo “incorporação da perspectiva de gênero” no texto base da Medida Provisória 696/15, que regulamenta as atribuições do Ministério das Mulheres por meio das secretarias especiais de Políticas para as Mulheres, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos.



## Referências

ALBUQUERQUE, Naiara. Carlos Bolsonaro diz que Brasil não mudará por “vias democráticas”.

2019 Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/carlos-bolsonaro-pais-nao-tera-transformacao-rapida-por-vias-democraticas/>>. Acesso em 11 de Sept. de 2019.

ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n.1, vol.38, pp....Jan./Abr. 2019.

ALONSO, Angela. Política das ruas. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n...v....pp. 49-58, junho. 2017.

BAHIA, Carolina. Por que a morte da menina Ágatha, no RJ, coloca em xeque bandeira de Bolsonaro na área da segurança. 2019. Disponível em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/carolina-bahia/por-que-a-morte-da-menina-agatha-no-rj-coloca-em-xeque-bandeira-de>>. Acesso em 22 de Set. de 2019.

BEAUVOIR, Simone. El Segundo Sexo. Colombia: Penguin Random House, 2015

BENTO, Berenice Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530005.pdf>> Acesso em 05 de Jun. de 2019.

Carta Capital. A luta de Marielle: um mandato dedicado aos Direitos Humanos. 2018a. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-luta-de-marielle-um-ano-de-mandato-em-defesa-dos-excluidos>>. Acesso em 05 de Jun. de 2019

Carta Capital. Assassinos de Marielle Franco planejaram o crime durante três meses. 2018b. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/pms-sao-presos-suspeitos-da-morte-de-marielle-franco/>>. Acesso em 05 de Jun. de 2019

Carta Capital. Coaf identifica depósito de 100 mil para suspeito de matar Marielle. 2018c. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/justica/coaf-identifica-deposito-de-100-mil-para-suspeito-de-matar-marielle/>>. Acesso em 06 de Jun. de 2019

Carta Capital. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. 2018d. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>>. Acesso em 06 de Jun. de 2019.

GREGOR, Helena Chavez Mac. Necropolítica: la política como trabajo de muerte. Abaco: Revista de Cultura y Ciencias Sociales, Espanha, n.78, p.23-30, dez.2013.

FORUM SECRETARIA PÚBLICA - Cofen. Uma mulher morre a cada dois dias por aborto inseguro, diz Ministério da Saúde. 2018. Recuperado de: <[http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude\\_64714.html](http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-causa-do-aborto-inseguro-diz-ministerio-da-saude_64714.html)>. Acesso em 13 de Jun. de 2019

FOUCAULT, Michel. *Microfísica del Poder*. Madrid: La Pirqueta, 1992.

\_\_\_\_\_. *Vigilar y punir*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2000.

\_\_\_\_\_. *Seguridad, territorio y población (1977-1978)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

\_\_\_\_\_. *El poder, una bestia magnífica. Sobre el poder, la prisión y la vida*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

G1 Rio. Wilson Witzel sanciona lei em homenagem a Marielle Franco e cria o Dia Estadual dos Defensores de Direitos Humanos. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/16/wilson-witzel-sanciona-lei-em-homenagem-a-marielle-franco-e-cria-o-dia-estadual-dos-defensores-de-direitos-humanos.ghtml>>. Acesso em 16 de Set. de 2019

MARTINELLI, Andrea. Recorde de estupros no Brasil escancara negligência com crimes de violência sexual. 2019. Disponível em: <[https://www.huffpostbrasil.com/entry/violencia-sexual-dados-estupro\\_br\\_5d7c00b0e4b077dcbd5e0acb](https://www.huffpostbrasil.com/entry/violencia-sexual-dados-estupro_br_5d7c00b0e4b077dcbd5e0acb)>. Acesso em 16 de Set. de 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Madrid: Melusina, 2011.

PRAZERES, Leandro y AMORIM, Felipe. Corte de gastos anunciado por Temer atingiu mais mulheres que homens. 2017. Disponível em

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SEMER, Marcelo. A morte como política. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/03/03/corte-de-cargos-anunciado-por-temer-atingiu-mais-mulheres-que-homens.htm>. Acesso em 10 de Nov. 2017 <<https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-a-morte-como-politica/>>. Acesso em 20 de Jun. de 2019.

SOUZA, Viviane e ARCOVERDE, Léo. Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidades LGBT. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>>. Acesso em 20 de Jul. de 2019.

TIBURI, Márcia, e KEHL, Maria Rita. *Banalidade do mal*. 2016. Disponível em: <<https://regrasparatcc.com.br/formatacao/referenciar-video-do-youtube-no-tcc/>>. Acesso em 12 de Ago. de 2019.

VEJA. “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro/>. Acesso em 18 de Jul. de 2019.

